**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

WEMERSON CASSIO SOUSA HORBYLON

**CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER
JUDICIÁRIO E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES**

CAIAPÔNIA, GOIÁS

2019

WEMERSON CASSIO SOUSA HORBYLON

**CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO E O
PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador (a): Profa. Renata Lamounier Oliveira

CAIAPÔNIA, GOIÁS

2019

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	3
2 PROBLEMA	3
3 HIPÓTESES	4
4 JUSTIFICATIVA	4
5 ATOS ADMINISTRATIVOS	5
5.1 FATOS JURÍDICOS EM SENTIDO AMPLO	5
5.2 CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO	6
5.3 ATO VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	6
5.3.1 Atos vinculados	6
5.3.2 Atos discricionários	7
5.4 ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	7
5.4.1 Competência.....	8
5.4.2 Finalidade.....	8
5.4.3 Forma	9
5.4.4 Motivo.....	9
5.4.5 Objeto	11
5.5 CONTROLE DO ATO ADMINISTRATIVO.....	11
5.6 CONTROLE JUDICIAL E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	13
6 OBJETIVOS	13
6.1 OBJETIVO GERAL.....	13
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
7 METODOLOGIA PROPOSTA	14
8 CRONOGRAMA	15
9 ORÇAMENTO	16
REFERÊNCIAS	17

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

Estar a par da atuação da Administração Pública no atual contexto social é necessário para toda a coletividade, visto que é por meio dela que a organização, distribuição e manutenção dos recursos e bens públicos são realizados.

Nesse contexto, faz-se mister compreender tal atuação através dos atos exarados pelo poder público por seus órgãos e agentes frente a sociedade, a fim de almejar o ideal, o interesse da coletividade. Para tanto, a Administração Pública utiliza de certas prerrogativas não conferidas aos particulares, podendo, dessa forma, atuar em diversos casos com ampla margem de liberdade, como por exemplo, no uso do poder de polícia.

Dentre as diversas classificações dos atos administrativos, o presente estudo busca enfocar dois deles: o ato vinculado e o discricionário. Em especial o último. Se nos atos vinculados não há margem de liberdade para o administrador, devendo atuar nos estritos ditames legais, nos atos discricionários tal fato torna-se possível. Necessário, porém verificar qual o grau de oportunidade conveniência é permitido e se há ou não possibilidade de interferência pelo Poder Judiciário, em caso de abuso de autoridade.

Ademais, é necessário salientar, neste caso, a importância do princípio da separação dos poderes, no que tange à autonomia e independência funcional que devem existir entre as instituições. O controle dos atos deve estar em consonância com os princípios e regras que regem a Constituição Federal, a fim de que não haja usurpação de competências entre os poderes.

Diante do exposto, delimita-se o tema: Controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário e o princípio da separação dos poderes.

2 PROBLEMA

Há possibilidade de controle, pelo Poder Judiciário, dos atos administrativos sem que tal interferência fira o princípio da separação entre os poderes?

3 HIPÓTESES

O controle dos atos administrativos discricionários pelo Poder Judiciário é possível, visto que somente a ele, em função do sistema de jurisdição una, é dado o controle de legalidade dos atos.

O princípio da separação dos poderes não é mitigado pela interferência do Poder Judiciário em atos administrativos discricionários, por tratar-se de controle exercido em virtude do sistema de freios e contrapesos.

Não é possível o controle dos atos administrativos discricionários pelo Poder Judiciário, visto que tais atos são realizados sob autonomia da Administração Pública, não cabendo ingerências externas de sua eventual revisão.

4 JUSTIFICATIVA

A análise dos atos administrativos em todos os seus aspectos é importante no âmbito acadêmico e social, em virtude do contato direto que o poder público tem com os administrados em suas atuações, sejam positivas ou negativas. Dessa forma, compreender essa relevante área do conhecimento permite uma visão e atuação mais crítica da sociedade frente a administração.

Nesse sentido, deve-se perquirir se os caminhos percorridos pela Administração para alcançar o interesse público estão sendo de fato obedecidos. Para tanto, existem em nosso ordenamento jurídico mecanismos, como o controle judicial, para que a finalidade administrativa não seja esquivada. Objeto, portanto, do presente estudo, verificar qual grau de atuação do Poder Judiciário no âmbito administrativo é deveras interessante.

É determinante, ainda, para o aprendizado, analisar se o princípio da separação dos poderes, explícito na atual Constituição Federal brasileira, é desrespeitado quando da interferência no mérito administrativo, levando-se em consideração as funções típicas e atípicas dos poderes constitucionais, bem como evidenciar a relevância que tal princípio tem para o Estado Democrático de Direito.

Desse modo, denota-se a importância em tratar sobre o tema, que, pelo exposto, é verificada pela relação direta que há entre a sociedade e Administração Pública por sua

atuação, bem como a relação que o próprio Poder Público tem entre si para alcançar o interesse da coletividade de forma adequada.

5 ATOS ADMINISTRATIVOS

Antes de adentrar no conceito de ato administrativo, necessário para a compreensão de todo o trabalho, faz-se oportuno traçar alguns apontamentos no que concerne à diferenciação entre fatos e atos jurídicos, constantes no direito privado. Fatos e atos jurídicos são, assim, acontecimentos ligados à atividade humana ou a eventos capazes de produzir efeitos no âmbito jurídico.

5.1 FATOS JURÍDICOS EM SENTIDO AMPLO

Os fatos jurídicos são classificados pela doutrina, pelo gênero e espécie. De acordo com Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2017, p. 507):

Tudo aquilo que interessa ao direito – isto é, todos os eventos, naturais ou humanos, a que o direito atribui significação, e aos quais vincula consequências jurídicas – integra os denominados fatos jurídicos em sentido amplo.

Nesse sentido, os fatos jurídicos em sentido amplo são subdivididos em fatos jurídicos em sentido estrito e atos jurídicos. O primeiro consiste em eventos naturais que ocorrem independentemente da vontade humana, e que produzem efeitos jurídicos. Tome-se como exemplo o nascimento, a morte e o transcurso do tempo.

No que concerne aos atos jurídicos, o fator determinante é a manifestação unilateral de vontade do ser humano, tendo como fim a produção de efeitos, seja para criar, modificar ou extinguir relação jurídica. “O ato jurídico possui a característica primordial de ser um ato de vontade, com idoneidade de infundir determinados efeitos no mundo jurídico” (CARVALHO FILHO, 2015, p. 99).

5.2 CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO

O ato administrativo é espécie de ato jurídico. Diferencia-se deste por ter peculiaridades tais como: ser exercido por agente público ou privado com prerrogativas de direito público, a fim de satisfazer o interesse da coletividade, também denominado de interesse público primário.

Segundo Melo (2009, p. 380) ato administrativo é:

Declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional.

O ato administrativo, dessa forma, é toda manifestação unilateral da Administração Pública para satisfação do interesse da coletividade, como – por exemplo – a construção de um hospital, aquisição de materiais, dentre outros.

A conceituação de ato administrativo é imprescindível para a compreensão de elementos que lhes são conexos, tais como os atos vinculados e discricionários, o controle exercido neste ato, como também a interferência do Poder Judiciário no mérito do ato administrativo, os quais serão abordados em momento oportuno.

5.3 ATO VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

A manifestação de vontade pela Administração Pública é feita obedecendo-se os parâmetros regidos pela Constituição Federal, bem como pelas normas infraconstitucionais dela decorrentes. Para tanto, há hipóteses de impossibilidade de escolha ou liberdade de atuação visto que a lei não deixou opção e há outras em que o legislador conferiu uma certa margem de liberdade – dentro da lei – para alcançar o interesse da coletividade.

5.3.1 Atos vinculados

Os atos vinculados são aqueles em que a lei não deixou margem de escolha na atuação da Administração Pública. O Poder Público, nesse sentido, deve atuar somente de um modo, não faz jus de valor, tampouco de conveniência e oportunidade. Dessa forma, caso preencha-se os requisitos da lei, obriga-se a Administração a praticar o ato. Sendo assim, “Não cabe ao

agente público apreciar oportunidade ou conveniência administrativas quanto à edição do ato; uma vez atendidas as condições legais, o ato tem que ser praticado” (ALEXANDRINO; PAULO, 2017, p. 513).

A título de exemplo podemos mencionar a concessão de licença maternidade a uma servidora caso estejam presentes todos os requisitos para a sua concessão, em virtude de haver previsão legal para o ato. Frisa-se que a vinculação, neste caso, garante a terceiros o direito adquirido.

5.3.2 Atos discricionários

Diferente do ato vinculado, no ato discricionário a Administração Pública pode atuar com certa margem de liberdade dentro dos limites legais, em relação ao seu conteúdo. Nesse sentido, há mais de um modo de atuação, e – assim – haverá um juízo de conveniência e oportunidade, sempre dentro dos parâmetros legais.

Para Carvalho (2016, p. 239) “O ato discricionário, por sua vez, é aquele ato determinado em lei, no qual o dispositivo legal confere margem de escolha ao administrador público mediante análise de mérito (razões de oportunidade e conveniência)”.

Desse modo, o ato discricionário trata-se da possibilidade de escolha dentre várias possibilidades conferidas pela lei, a fim de que o agente público ou quem lhe faça as vezes, atue apreciando qual possibilidade melhor se adapte ao interesse público.

5.4 ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

A doutrina aponta cinco elementos ou requisitos que compõem o ato administrativo, com base na Lei de Ação Popular em seu artigo 2º (Lei 4.717/1965). Há dissenso quanto à terminologia empregada, porém, sem haver consequências práticas a utilização da nomenclatura elementos ou requisitos do ato (CARVALHO FILHO, 2016). Para fins didáticos, serão a seguir analisados como elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.

5.4.1 Competência

O elemento competência pode ser definido como “o poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições do seu cargo”. (ALEXANDRINO; PAULO, 2015, p. 548).

Carvalho Filho (2016) define competência como o conjunto de atividades inerentes ao ente estatal, distribuídas entre seus órgãos e agentes públicos, mediante a edição de lei, legitimando o agente para a prática de determinadas condutas.

Por ter o agente público, ou particular agindo nesta qualidade, suas competências administrativas definidas por lei, o elemento competência é sempre vinculado, não importando a natureza do ato – vinculado ou discricionário.

5.4.2 Finalidade

A finalidade é considerada como o fim que a Administração Pública deve atingir – isto é – a proteção que é buscada com a prática administrativa. Conforme ensina “o intuito de sua atividade deve ser o bem comum, o atendimento aos reclamos da comunidade, porque essa de fato é a sua função” (CARVALHO FILHO, 2015, p. 121).

A doutrina subdivide o elemento finalidade em dois prismas, um de modo genérico e outro de modo específico. A finalidade genérica é imputada a todo ato administrativo, visto que é o interesse público a que deve observar a Administração Pública. No que tange à finalidade específica, “é o objetivo direto, o resultado específico a ser alcançado, previsto na lei, e que deve determinar a prática do ato”. (ALEXANDRINO; PAULO, 2015, p. 512).

Do mesmo modo que o elemento competência, a finalidade também é sempre elemento vinculado. Assim, caso haja atuação de agente público com finalidade diversa do interesse público, haverá vício insanável do tipo desvio de finalidade, o qual ofende não só o princípio da impessoalidade, bem como o da moralidade, elencados no caput do artigo 37, da CF/88.

5.4.3 Forma

A forma, de maneira geral, é o meio pelo qual a vontade é exteriorizada. É elemento que integra a formação do ato administrativo, visto que – sem ela – o ato não produz seus efeitos, conforme assevera Carvalho Filho (2015, p. 112):

[...] para ser considerada válida, a forma do ato deve compatibilizar-se com o que expressamente dispõe a lei ou ato equivalente com força jurídica. Desse modo, não basta simplesmente a exteriorização da vontade pelo agente administrativo; urge que o faça nos termos em que a lei a estabeleceu, pena de ficar o ato inquinado de vício de legalidade suficiente para provocar-lhe a invalidação.

A forma pode ser exteriorizada de vários modos, tais como de forma escrita, que é a regra; em forma de gestos, por guardas de trânsito; bem como por sinais em placas de trânsito e semáforos.

5.4.4 Motivo

O elemento motivo “representa as razões que justificam a edição do ato. É a situação de fato e de direito que gera a vontade do agente quando da prática do ato administrativo” (MARINELA, 2017, p. 339). É dividido, assim, em pressuposto de fato e de direito. Fala-se em pressuposto de fato as circunstâncias, isto é, os acontecimentos que levam a Administração a praticar determinado ato, e pressuposto de direito é a norma legal que enseja a prática do ato.

A título de exemplo, na punição de um servidor, o motivo é a infração praticada; na licença paternidade, é o nascimento de um filho; na exoneração de servidor estável, é o pedido feito. Vê-se, portanto, que há, no motivo, um fato assim como um fundamento jurídico para que a Administração Pública se baseie na prática do ato.

Há que se observar, ainda, a diferença entre motivo e motivação. Como visto, motivo é pressuposto de fato e de direito o qual serve de fundamento para a prática do ato administrativo. Conforme leciona Di Pietro (2018, p. 290) “motivação é a exposição dos motivos, ou seja, é a demonstração, por escrito, de que os pressupostos de fato realmente existiram. [...] Diz respeito às formalidades do ato [...]”.

No que concerne à motivação, há discussão entre doutrinadores sobre a sua

obrigatoriedade. Para alguns, é obrigatória em se tratando de ato vinculado, visto que não há margem de liberdade de escolha pela Administração Pública dentro dos parâmetros da lei, devendo – para tanto – haver a exposição dos motivos pelos quais agiu de determinado modo.

Para outros, é obrigatória nos atos discricionários, visto que se não fosse a motivação, nestes casos, o controle de legalidade dos atos estaria prejudicado em virtude da oportunidade e conveniência. Por fim, há quem leciona que tanto nos atos discricionários, tanto nos vinculados há obrigatoriedade de motivação.

Di Pietro (2018, p. 291) afirma que:

A motivação é, em regra, necessária, seja para os atos vinculados, seja para os atos discricionários, pois constitui garantia de legalidade, que tanto diz respeito ao interessado como à própria Administração Pública; a motivação é que permite a verificação, a qualquer momento, da legalidade do ato, até mesmo pelos demais Poderes do Estado.

Nesse contexto, obrigatória ou não, se a exteriorização dos motivos que ensejou por parte da Administração Pública for realizada, passará esta a fazer parte do ato administrativo, sob risco de nulidade. Dessa forma “mesmo sendo a motivação (explicitação dos motivos do ato) dispensável, uma vez expostos os motivos que conduziram à prática do ato, estes passam a vincular o administrador público” (CARVALHO FILHO, 2016, p. 258).

O exposto acima encontra-se relação com a teoria dos motivos determinantes. Esta se relaciona com o motivo, isto é, prende o administrador à declaração feita na exposição do ato. Se justifica a prática de um ato, restará vinculado às razões ali informadas. Caso seja inexistentes ou falsas, podem ensejar nulidade.

Marinela (2017, p. 344) explica que:

O administrador pode praticar o ato administrativo, sem declarar o motivo, nas hipóteses em que este não for exigido. [...] Entretanto, se ainda assim decidir declará-lo, o administrador fica vinculado às razões de fato e de direito que o levaram à prática do ato. Por exemplo, se um determinado administrador decide exonerar um servidor ocupante de cargo em comissão, alegando como motivo a necessidade de redução de despesas com folha de pagamento, cumprindo regra para racionalização da máquina administrativa, prevista no art. 169 da CF, ele não poderá nomear outra pessoa para o mesmo cargo, em decorrência da teoria dos motivos determinantes, que exige a veracidade e o cumprimento do motivo alegado.

Encontra-se exceção ao exposto em casos de desapropriação, em que a Administração Pública modifica o motivo em razão de interesse público, alterando-o. Trata-se da chamada tresdestinação lícita, observada no artigo 519, do Código Civilista pátrio. Portanto, se o

motivo de desapropriar um imóvel seja construir uma creche e, depois, a Administração Pública acha por bem construir um posto de saúde, não há que falar em ilicitude, não havendo, dessa forma, violação à teoria dos motivos determinantes.

5.4.5 Objeto

O elemento objeto é o conteúdo do ato administrativo, isto é, o resultado imediato em si. “Pode-se dizer que o objeto do ato administrativo é a própria alteração no mundo jurídico que o ato provoca, é o efeito jurídico imediato que o ato produz” (ALEXANDRINO; PAULO, 2015, p. 587).

Importante se faz a menção que a professora Di Pietro (2017, p. 287) faz do objeto em referência ao direito privado ao dispor que:

O objeto deve ser lícito (conforme a lei), possível (realizável no mundo dos fatos e do direito), certo (definido quanto ao destinatário, aos efeitos, ao tempo e ao lugar), e moral (em consonância com os padrões comuns de comportamento, aceitos como corretos, justos, éticos).

De outro modo, obedecendo-se todos os ditames legais, o objeto figura-se como o conteúdo, a finalidade em si. Então se a Administração Pública concede uma licença, esta será o objeto. Se aplica uma suspensão, será a suspensão. Se desapropria, o objeto é o imóvel que recairá a expropriação, e assim por diante.

5.5 CONTROLE DO ATO ADMINISTRATIVO

O controle dos atos administrativos é o mecanismo pelo qual busca-se verificar a compatibilidade da atuação administrativa com os ditames legais. Dessa forma, para que haja o bom funcionamento da máquina pública, deve-se vigiar, orientar e corrigir, se necessário, os atos emanados, sempre em busca do interesse público. Assim, a atuação administrativa quanto à natureza do controle, pode ser objeto tanto de controle de legalidade quanto de mérito.

Ensina Mazza (2016, p. 1547) que “o tema controle da Administração estuda os instrumentos jurídicos de fiscalização sobre a atuação dos agentes, órgãos e entidades componentes da Administração Pública”.

Partindo-se, desse modo, da classificação quanto à natureza, o controle de legalidade é uma limitação à atuação administrativa. Trata-se, dessa forma, de compatibilizar o ato

administrativo praticado com o ordenamento jurídico. Observa-se que a Administração Pública possui prerrogativas não conferidas aos particulares, porém, a fim de evitar injustiças e abuso de poder, é possível que haja controle quanto à legalidade do ato.

O controle, nesse sentido, poderá ser realizado tanto pela própria Administração, em seu controle interno, bem como pelo Poder Judiciário e Legislativo, interno ou externamente, a depender do caso. “Resultado desse controle pode ser, de um lado, a confirmação do ato ou, de outro, a sua invalidação” (CARVALHO FILHO, 2017, p. 529). Exemplo de confirmação é a homologação. De outro modo, quando há incongruência entre a ação ou omissão do Poder Público, pode-se falar em anulação do ato.

É necessário salientar que há elementos do ato administrativo que serão sempre vinculados, que – como já mencionado – não há liberdade de escolha na atuação. Outros, ademais, são discricionários. O controle, nos atos vinculados é sempre quanto à legalidade do ato, visto que todos os requisitos estão descritos em lei. Já nos atos discricionários, poderá ser feito o controle quanto da legalidade, bem como quanto ao mérito pela Administração (DI PIETRO, 2018).

Por outro lado, o controle quanto ao mérito administrativo está caracterizado pelo juízo conveniência e oportunidade da Administração Pública, dentre as possibilidades de atuação nos limites legais. Está presente somente nos atos discricionários. Nos atos vinculados, como já estudado, não há que falar em análise de mérito.

De acordo com (Paulo e Alexandrino, 2017), enquanto nos atos administrativos vinculados, todos os elementos são rigorosamente elencados no texto de lei, sem liberdade de atuação, nos atos discricionários só serão vinculados a competência, a finalidade, bem como a forma. Os elementos motivo e objeto são discricionários.

Diante dessa abordagem, é interessante apontar o Princípio da Autotutela, o qual traduz a ideia de que os atos ilegais devem ser retirados do mundo jurídico pela própria Administração Pública, tanto de ofício, quanto provocado e – nos atos legais – está autorizada a revogar quando considerá-los inoportunos e inconvenientes, resguardando-se os direitos adquiridos, conforme depreende-se da súmula 473, do STF.

5.6 CONTROLE JUDICIAL E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

Pela análise do controle de legalidade e de mérito administrativo é possível a crítica quanto à possibilidade de interferência do Poder Judiciário na atuação da Administração Pública, estabelecendo-se uma discussão quanto ao limite que lhe é dado pela Constituição Federal, precisamente no artigo 5º, inciso XXXV.

Em primeiro lugar, buscando-se amparo no sistema adotado pelo Brasil, isto é, sistema de unidade de jurisdição, não há que falar – senão pelo Poder Judiciário – a coisa julgada material. “Com efeito, qualquer decisão proferida pela Administração ou qualquer ato administrativo são passíveis de revisão pelo Poder Judiciário” (ALEXANDRE; DEUS, 2017, p. 392).

De outro modo, vê-se a contradição entre análise da apreciação judicial em qualquer caso e a autonomia administrativa, principalmente quanto aos atos discricionários sujeitos ao juízo de conveniência e oportunidade. Diante da autonomia e independência dos poderes, dever-se-ia respeitar as atribuições típicas de cada instância. Assim, em análise superficial, não haveria possibilidade de controle, ao menos quanto ao mérito administrativo, pelo Poder Judiciário.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Verificar como tem sido realizado o controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, sem que isso cause ofensa ao princípio da separação dos poderes.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Distinguir ato e fatos jurídicos e ato administrativo
- Discutir as formas de controle sobre os atos administrativos e suas particularidades.
- Diferenciar atos vinculados de atos discricionários em relação ao estabelecimento das situações em que pode ou não ter controle por outros Poderes.

- Discorrer sobre os elementos dos atos administrativos a fim de verificar a vinculação ou discricionariedade entre eles.

7 METODOLOGIA PROPOSTA

De acordo com Gil (2002, p. 17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Dessa forma, busca-se, com a pesquisa, informações suficientes a fim de que seja sanada uma problemática proposta inicialmente, a partir de conhecimentos, metodologia e técnicas procedimentais disponíveis.

A metodologia, assim, é o método a ser percorrido com o fito de construir uma pesquisa. São várias as possibilidades para se resolver uma problemática pela pesquisa, tais como pesquisa literária, consulta em internet, bem como pesquisa a campo. O fundamental é que a metodologia seja objetiva e apta a proporcionar condições válidas para o efetivo desenvolvimento perquirido.

Sobre a temática, disserta Lakatos e Marconi (2003, p. 83):

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Dentre as variadas possibilidades metodológicas para pesquisa, será abordado – via de regra – o método dedutivo, levando-se em consideração as premissas abordadas a partir da consulta literária e inferências hipotéticas, a fim de se chegar à conclusão lógica e resposta convincente quanto à problemática exposta (GIL, 2002).

Quanto à construção lógica do problema, será realizado pelo cunho qualitativo, tendo em vista a análise de material teórico, a observação, reflexão e interpretação das pesquisas obtidas, a fim de que a junção dos dados possa resolver o problema proposto (GIL, 2002).

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	08-09/2019			
Elaboração do projeto	09/2019	10/2019		
Entrega do projeto final ao orientador e defesa		10-11/2019		
Reformulação do projeto e entrega à coordenação		11/2019		
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema			02/2020	
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos			02-03/2020	
Análise e discussão dos dados			04/2020	05/2020
Elaboração das considerações finais				05/2020
Revisão ortográfica e formatação do TCC				06/2020
Entrega das vias para a correção da banca				06/2020
Arguição e defesa da pesquisa				06/2020
Correções finais e entrega à coordenação				06/2020

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Impressão	un	162	R\$ 0,30	R\$ 50,40
Encadernação	un	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00
Resma de papel A4(75g/m ²)	un	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00
Total				R\$ 95,00
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Ricardo; DEUS, João de. *Direito Administrativo*. 3. ed. rev., atual. E ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. *Direito administrativo descomplicado*. 23. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. *Direito administrativo descomplicado*. 25. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.
- ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho de graduação*. São Paulo: Atlas, 1997.
- BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: Set. 2019.
- BRASIL. *Lei de Ação Popular - Lei Nº 4.717/1965*. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4717.htm>. Acesso em: outubro de 2019.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28. ed. rev., ampl. E atual. - São Paulo: Atlas, 2015.
- _____. *Manual de Direito Administrativo*. 30. ed. rev., ampl. E atual. - São Paulo: Atlas, 2016.
- _____. *Manual de Direito Administrativo*. 31. ed. rev., ampl. E atual. - São Paulo: Atlas, 2017.
- CARVALHO, Matheus. *Manual de Direito Administrativo*. 3. ed. rev. Ampl. E atual. - Salvador: JusPodivm, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanell. *Direito Administrativo*. 31. ed. rev. Atual e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARINELA, Fernanda. *Direito Administrativo*. 11. ed. - São Paulo: Saraiva, 2017.
- MAZZA, Alexandre. *Manual de Direito Administrativo*. 6. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.
- MELO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 26. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

RUIZ, J. A. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.